RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Vem o Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Iniciou funções em 5 de Junho de 2018 o Conselho de Administração, formada por:

Maria Manuela de Jesus Inácio Maia Aranha;
Adelino dos Santos Amaral;
Miguel Lopes Ascensão;
Ana Maria Santarém da Cruz Portela Moreira;
José Augusto Martinha Anacleto Pimenta.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	79 883	69 436	10 447	15,04%
Fornecimentos e serviços externos	247 819	226 741	21 078	9,30%
Gastos com o pessoal	569 341	539 756	29 585	5,48%
Gastos de depreciação e de amortização	19 494	18 480	1 014	5,49%
Perdas por imparidade	0	0	0	0.00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0.00%
Provisões do período	0	0	0	0.00%
Outros gastos e perdas	847	354	492	138,87%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	100,00%
TOTAL	**917 385**	**854 768**	**62 616**	**7,33%**

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0.00%
Prestações de serviços	850 925	451 118	399 807	88,63%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0.00%
Subsídios, doações e legados à exploração	7 230	385 926	-378 696	-98,13%
Reversões	0	0	0	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0.00%
Outros rendimentos e ganhos	13 927	10 375	3 552	34,24%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0.00%
TOTAL	**872 082**	**847 419**	**24 664**	**2,91%**

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/23	31/dez/22
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	-	385 926
IEFP - Estágios	-	-
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	7 230	6 865
TOTAL	**7 230**	**392 792**

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-25 808	11 130	-36 938	-331,87%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-45 302	-7 350	-37 953	-516,39%
Resultado financeiro	0	0	0	0.00%
Resultado antes de impostos	-45 302	-7 350	-37 953	-516,39%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0.00%
Resultado líquido do período	-45 302	-7 350	-37 953	-516,39%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Fundos	261 506	261 506	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0.00%
Reservas	0	0	0	0.00%
Outras reservas	0	0	0	0.00%
Resultados transitados	532 472	539 822	-7 350	-1,36%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0.00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	10 829	11 891	-1 062	-8,93%
Resultado líquido do período	-45 302	-7 350	-37 953	-516,39%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento em virtude da atualização das mensalidades dos utentes da "Estrutura Residencial para Idosos" e do aumento das comparticipações do ISS.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,21	0,21
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	5,83	5,70
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	4,83	4,70
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,83	0,82

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	3,10	3,18
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	3,09	3,16
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	2,93	3,02

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

6. Estrutura do quadro de pessoal

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31/dez/23	31/dez/22
Contratos a termo	7	8
Contratos sem termo	35	35
TOTAL	42	43

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,65	0,64

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 45.302,22 € negativos (quarenta e cinco mil, trezentos e dois euros e vinte e dois cêntimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a redução de rendimentos das pessoas, a redução de juros em aplicações financeiras detidas pela instituição e o aumento generalizado da inflação.

No decorrer deste ano o Conselho de Administração procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

Praia do Ribatejo, 19 de Abril de 2024

O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2023

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Principais Políticas Contabilísticas 4
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 9
5 Ativos Fixos Tangíveis 10
6 Inventários 11
7 Rédito 11
8 Subsídios doações e legados à exploração 12
9 Benefícios dos empregados 12
10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 12
11 Outras Informações 12
11.1 Investimentos Financeiros 13
11.2 Clientes e Utentes 13
11.3 Outras contas a receber 13
11.4 Caixa e Depósitos Bancários 14
11.5 Fundos Patrimoniais 14
11.6 Fornecedores 14
11.7 Estado e Outros Entes Públicos 15
11.8 Outras Contas a Pagar 15
11.9 Fornecimentos e serviços externos 15
11.10 Outros rendimentos e ganhos 16
11.11 Outros gastos e perdas 16
11.12 Acontecimentos após data de Balanço 16

Fundação Dr. Francisco Cruz

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	412,043.85	415,722.59
Propriedades de investimento	5	8,514.93	8,514.93
Outros activos financeiros	11	8,806.18	8,217.50
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		429,364.96	432,455.02
Inventários	13	1,212.28	2,496.49
Clientes	14	14,899.74	15,016.35
Estado e outros entes públicos	16	1,498.93	2,156.52
Outras contas a receber	17	8,313.01	7,007.51
Diferimentos	18	884.21	658.40
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	460,646.27	517,557.08
Total dos Activos Correntes		487,454.44	544,892.35
		916,819.40	977,347.37
Fundo Patrimonial			
Fundos	23	261,505.79	261,505.79
Resultados transitados	26	532,471.89	539,821.53
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	10,828.90	11,890.59
Resultado líquido do exercício		(45,302.22)	(7,349.64)
Total dos Capitais Próprios		759,504.36	805,868.27
Passivo			
Financiamentos obtidos	30	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	32	24,201.37	30,079.89
Adiantamento de clientes	33	15,834.92	13,623.12
Estado e outros entes públicos	16	14,053.94	14,696.35
Outras contas a pagar	34	90,439.07	85,609.22
Diferimentos	28	12,785.74	27,470.52
Total dos Passivos Correntes		157,315.04	171,479.10
Total do Passivo		157,315.04	171,479.10
		916,819.40	977,347.37

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Prestação de serviços	35	850,924.79	451,117.63
Subsídios à exploração	36	7,230.38	385,926.24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(79,883.06)	(69,436.49)
Fornecimentos e serviços externos	41	(247,819.47)	(226,741.46)
Gastos com o pessoal	42	(569,340.92)	(539,755.72)
Outros rendimentos e ganhos	45	13,927.17	10,374.74
Outros gastos e perdas	46	(846.74)	(354.48)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(25,807.85)	11,130.46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(19,494.37)	(18,480.10)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(45,302.22)	(7,349.64)
Resultado antes de impostos		(45,302.22)	(7,349.64)
Resultado líquido do período		(45,302.22)	(7,349.64)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		860,489.68	456,598.80
Pagamentos a fornecedores		(326,809.46)	(292,104.13)
Pagamentos ao pessoal		(569,920.75)	(528,346.71)
Caixa gerada pelas operações		(36,240.53)	(363,852.04)
Outros recebimentos/pagamentos		(39,574.10)	406,731.81
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(75,814.63)	42,879.77
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		18,727.37	11,634.12
		18,727.37	11,634.12
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		176.45	716.17
		176.45	716.17
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		18,903.82	12,350.29
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(56,910.81)	55,230.06
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		517,557.08	462,327.02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		460,646.27	517,557.08

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ" é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229.

Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 Julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 Julho;

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos

termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

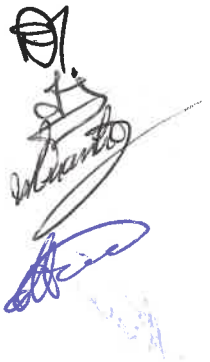
A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	-	-	-	-	603 325,75
Equipamento básico	144 738,62	-	-	-	-	144 738,62
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174 785,70	2 911,74	-	-	-	177 697,44
Outros activos fixos tangíveis	28 573,07	-	-	-	-	28 573,07
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	1 105 483,96	8 410,54	-	-	-	1 108 395,70
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	280 582,16	12 957,45	-	-	-	293 539,61
Equipamento básico	132 939,89	2 669,47	-	-	-	135 609,36
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	171 096,29	2 212,86	-	-	-	173 309,15
Outros activos fixos tangíveis	23 050,51	640,32	-	-	-	23 690,83
	674 193,01	18 480,10	-	-	-	692 673,11

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-23
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	5 212,63	-	-	-	608 538,38
Equipamento básico	144 738,62	5 630,43	-	-	-	150 369,05
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	177 697,44	368,99	-	-	-	178 066,43
Outros activos fixos tangíveis	28 573,07	4 603,58	-	-	-	33 176,65
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	1 108 395,70	15 815,63	-	-	-	1 124 211,33
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	293 539,61	13 478,71	-	-	-	307 018,32
Equipamento básico	135 609,36	3 395,21	-	-	-	139 004,57
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	173 309,15	1 540,73	-	-	-	174 849,88
Outros activos fixos tangíveis	23 690,83	1 079,72	-	-	-	24 770,55
	692 673,11	19 494,37	-	-	-	712 167,48

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2022 e 2023, foram os seguintes:



	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-22
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	8 515	-	-	-	-	8 515

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-23
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	8 515	-	-	-	-	8 515

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2022				2023		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,890,70	70,042.28	0.00	2,496.49	78,599.06	0.00	1,212.28
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	**1,890.70**	**70,042.28**	**0.00**	**2,496.49**	**70,042.28**	**0.00**	**1,212.28**
Custo Mat. Consumidas	65,173.42			69,436.49			79,883.06

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2023
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Mensalidades / utentes - clientes	451,117.63	442,542.20
Quotas e joias	0.00	0.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	716.17	2,310.83
Royalties	0.00	0.00
ISS Acordos Típicos	0.00	408,382,59
Total	**451,833.80**	**853,235.62**

8 Subsídios doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios doações e legados à exploração":

	31/dez/22	31/dez/23
Subsídios do estado e outros entes públicos	379 061	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	6 865	7 230
Outros subsídios	-	-
	385 926	**7 230**

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço em 31/12/2022 foi de 43 e em 31/12/2023 foi de 42.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	436,401.08	460,790.07
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	97,209.71	102,336.97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5,529.93	5,363.38
Gastos de Acão Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	615.00	430.50
Total	**539,755.72**	**569,340.92**

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2023
Investimentos em subsidiárias	**0.00**	**0.00**
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	**0.00**	**0.00**
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0.00**	**0.00**
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	**0.00**	**0.00**
Outros investimentos financeiros	**8,217.50**	**8,806.18**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0.00**	**0.00**
Total	**8,217.50**	**8,806.18**

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	15,193.41	14,899.74
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes Adiantamentos		
Clientes		
Utentes	-13,623.12	-15,834.92
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	**1,570.29**	**-935.18**

Nos períodos de 2022 e 2023 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2022	2023
Clientes		
Utentes	177,06	177.06
Total	**177,06**	**177,06**

11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	903.63	800.39
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5,836.58	7,487.62
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	267.30	25.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	**7,007.51**	**7,007.51**

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2023
Caixa	926.80	3,937.80
Depósitos à ordem	288,930.28	129,008.47
Depósitos a prazo	227,700.00	327,700.00
Outros		
Total	**517,557.08**	**460,646.27**

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o ano de 2023:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	261,505.79	0.00	0.00	261,505.79
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	532,471,89	0.00	-45,302.22	487,169,67
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	11,890.59	0.00	-1,061.69	10,828.90
Total	**805,868.27**	**0.00**	**-58,650.15**	**759,504.36**

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Fornecedores c/c	30,079.89	24,201.37
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	**30,079.89**	**24,201.37**

O saldo da rubrica de "Adiantamento a Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Adiantamento a Fornecedores	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**

Estes adiantamentos estão explicados na rúbrica resultados transitados.

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2,036.88	1,262.67
Outros Impostos e Taxas	119.64	236.26
Total	**2,156.52**	**1,498.93**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	112.74
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2,938.00	2,098.00
Segurança Social	11,758.35	11,843.20
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	**14,696.35**	**14,053.94**

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		**29.88**		**63.51**
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		**4,028.21**		**4,028.21**
Credores por acréscimo de gastos		**74,551.73**		**79,420.09**
Outros credores		**6,999.40**		**6,927.26**
Total	**0.00**	**85,609.22**	**0.00**	**90,439.07**

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	111,136.35	135,498.76
Materiais	9,761.53	11,451.66
Energia e fluidos	65,174.23	59,006.60
Deslocações, estadas e transportes	7,546.94	9,234.13
Serviços diversos	33,122.41	32,628.32
Total	**226,741.46**	**247,819.47**

11.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Rendimentos Suplementares	1,193.75	1,388.67
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	1,115.63
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7,402.88	8,050.35
Outros rendimentos e ganhos	1,778.11	3,372.52
Total	**10,374.74**	**13,927.17**

11.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Impostos	47.47	77.47
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dividas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	12.01	1,22
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	295.00	768,05
Total	**354.48**	**846,74**

11.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Praia do Ribatejo, 31 de Dezembro de 2023

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe são submetidas pelo Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, relativos ao ano de 2023. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade do Conselho de Administração no cumprimento da sua ação fiscalizadora, verificando que a aplicação dos rendimentos se realizou de harmonia com os fins estatutários.

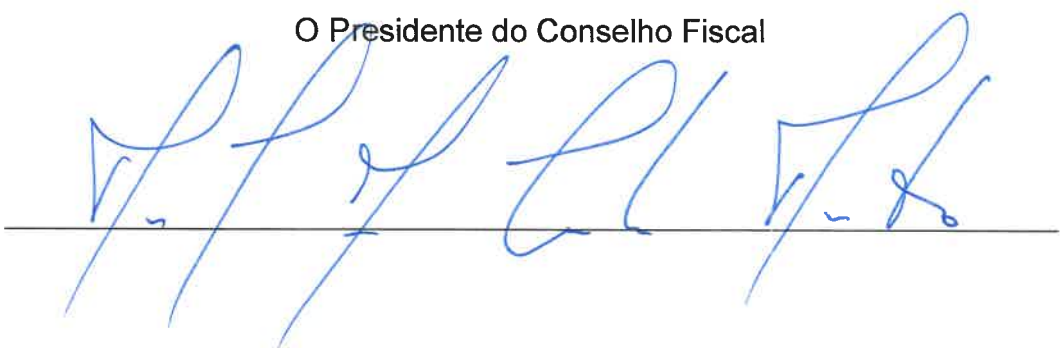
Acompanhámos à distância a atividade da organização pelo que queremos demonstrar, inequivocamente, e de forma sentida, a dedicação de todos colaboradores da Fundação. Relevamos, portanto, o desempenho e a entrega de todos.

Relativamente aos documentos de prestação de contas — Relatório de Conselho de Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo — verificou o Conselho Fiscal que satisfaziam os preceitos legais aplicáveis. O Relatório do Conselho de Administração é esclarecedor da ação desenvolvida e dos resultados alcançados e está em conformidade com as contas apresentadas. Embora apresente resultados negativos relevamos a situação, excecional, que vivemos. Certo que as despesas, obviamente, aumentarem, com especial enfoque no pagamento salários dos recursos humanos.

O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas vigentes.

Assim, é parecer do Conselho Fiscal que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício de 2023.

Praia do Ribatejo, 24 de abril de 2024

O Secretário

O Presidente do Conselho Fiscal